



Assembleia Municipal

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 24 DE JANEIRO DE 2008

Acta n.º 22

Ao vigésimo quarto dia do mês de Janeiro do ano de dois mil e oito, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:45 horas, no Salão Nobre, inicialmente agendada para Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de dezasseis de Janeiro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da Concessão de um sistema de Transportes públicos de interesse turístico em comboio rodoviário articulado (zona nascente da cidade) - concurso público, nos termos da alínea i) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro na redacção conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO SEGUNDO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da inscrição do Município de Albufeira como sócio da Associação Internacional das Cidades Educadoras, nos termos da alínea m) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Acordo de Geminação entre o Município de Albufeira e o Município de Linz, nos termos da alínea d) do n.º4 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

A Segundo-Secretário faz a chamada: -----

PRESENÇAS: -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Vítor José Cabrita Neto, Francisco João Magalhães Calhau, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Fernando Vieira Vitória Cabrita, José Manuel Bota Sequeira, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves, José Joaquim do Carmo Pimenta (membro suplente), Francisco José Pereira Oliveira, Vítor José Correia Maria Vieira, Sílvia Duarte Correia da Rosa, Pedro Manuel Trovão Ferro, Maria Eugénia Xufre Baptista, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaró, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, e os Presidentes das Juntas de Freguesia, de Albufeira, Hélder Manuel Rodrigues Sousa, de Ferreiras, Fernando Manuel de Sousa Gregório, de Guia, José Cabrita, de Paderne, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro, e o Tesoureiro da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, José Manuel Guerreiro Gonçalves em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água. -----

Registou-se ainda, a presença do Sr. Presidente da Câmara, dos Vereadores em regime de permanência, António Gonçalves e Carlos Quintino, e em regime de não permanência, o Vereador, Mário Soares Alves. -----

FALTAS: Fernando Cabrita Neves e o Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Berto Palma. -----

SUBSTITUIÇÕES: Face ao pedido de substituição apresentado pelo membro Fernando Cabrita Neves, foi verificada a legitimidade e identidade do elemento imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, o membro José Pimenta. -----

Havendo quórum (**vinete e seis presenças**), o Presidente da Assembleia passa a palavra ao público. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Luís Alexandre - Boa noite Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Boa noite, Sr. Presidente da Câmara. Boa noite a todos. O que nos trás aqui, já toda a gente sabe. Vimos aqui para tentar confrontar a Câmara Municipal com uma situação concreta que é o facto de estar prevista mais uma grande superfície para a cidade de Albufeira que, efectivamente, contraria todas as promessas eleitorais, de anos atrás, feitas aos munícipes, aos comerciantes, às forças vivas, de que tal não aconteceria. Ultimamente o Sr. Presidente da Câmara tem utilizado muito a expressão de politica "olhos nos olhos", de que eu entendo que deva ser de frontalidade, de não esconder nada, de falar às pessoas de coração aberto, espírito aberto, permitir que a cidade e as forças vivas da cidade interfiram, digamos assim, no funcionamento da mesma cidade. Na minha opinião não é isso que acontece! Permita-me, "de olhos nos olhos", não é de certeza absoluta, andar há meses a correr nos gabinetes da Câmara Municipal, a intenção específica e concreta de implantar uma grande superfície no concelho de Albufeira, aproveitando as mordomias já aprovadas anteriormente por um Plano de Pormenor da Guia, que permite, efectivamente, sem nenhuma limitação, a implantação de uma grande superfície. É evidente, também, que esta implantação desta grande superfície é sem dúvida mais uma catástrofe a abater-se sobre a situação que já vivem os comerciantes de Albufeira. E não venho aqui apenas falar dos comerciantes da baixa da Albufeira, cujo, digamos assim, império nasal publicado no jornal " A Avezinha" é bem demonstrativo da realidade. Se alguém quiser consultar os papéis relativamente ao levantamento das opiniões dos últimos resultados, pode fazê-lo, estão guardados, são verdadeiros, são autênticos, transmitem exactamente à Câmara Municipal a realidade da situação dramática que nós vivemos. São anos, anos e anos de promessas não cumpridas. De parques e estacionamento que estão prometidos, estão escritos, são anunciados novos sem terem sido feitos os anteriores. E é tudo isto que faz com que não exista comunidade para se chegar à baixa de Albufeira. Todos os caminhos apontam para a Guia. Nomeadamente já ouvi da boca do Sr. Presidente que se vai alargar a estrada de acesso à Guia, exactamente para se chegar mais depressa aos centros comerciais. Para a baixa da cidade e para os outros lugares da cidade, onde não há estacionamento, e aqui não falo só na baixa, falo das Areias de S. João, falo da Oura, falo da parte poente da cidade, onde efectivamente temos estado abandonados ao longo destes anos. Promessas, estamos fartos! A realidade é que, efectivamente, nós não facturamos! A realidade é que, nós temos perdido poder de compra e isto não pode ficar impune! Isto tem que ser analisado aqui! E as pessoas têm o direito de se pronunciar, porque os políticos que dirigem esta cidade, têm responsabilidades para com as forças vivas. Os comerciantes são uma força viva muito importante na cidade e,

na minha opinião pessoal, e na opinião das pessoas da direcção da ACOSAL e da imensa maioria dos seus membros, não tem sido compreendido e não se tem actuado no sentido de resolver os nossos problemas. A nossa afirmação pública descrita no jornal "A Avezinha" de que, efectivamente, tinha sido aprovado mais um centro comercial, é evidente que a intenção era provocar esta discussão. Nós queríamos era tirar dos gabinetes e do segredo, toda esta situação, porque é uma coisa que nos interessa, que nos afecta, que nos prejudica e que tem de ser analisada com toda a frontalidade. Na minha opinião pessoal, penso que o Sr. Presidente da Câmara não tem noção de quanto já nos prejudicou. O Sr. Presidente não é comerciante, já vi que não sente como os comerciantes, e não tem, sequer, a preocupação de falar connosco. Só tem um sentido, só conhece a ACRAL, não conhece a ACOSAL, até parece que a ACOSAL é uma associação clandestina, não o é! Em nenhum momento a Câmara Municipal nos perguntou uma única ideia, nos pediu uma única ideia, sobre qualquer problema. Temos problemas de cargas e descargas, problemas de saída de época, problemas de segurança, problemas de estacionamento, mas não há discussão, absolutamente nenhuma, connosco. Nós estamos a ser ostracizados, mas nós existimos, temos voz e estamos aqui. Está aqui a sociedade civil para ouvir e para se pronunciar sobre estas questões todas. O Sr. Presidente da Câmara tem de perceber que, efectivamente, amarrrou a cidade. A cidade não funciona do ponto de vista das pessoas se poderem deslocar aos nossos negócios, não há comodidade. O "Continente" tem comodidade, o "Leroy Merlin" tem comodidade, a "MaKro" tem comodidade, toda a gente tem parques de estacionamento, toda a gente tem condições para lá chegar, mas para se ir à baixa não se tem condições. E nós, neste momento, vivemos praticamente do sol e da praia, mais nada! Durante seis meses trabalhamos, ou até menos, e durante os outros seis meses não temos direito à vida. Não está certo. A nossa vida tem se degradado nos últimos tempos e isto, efectivamente, tem de ser analisado! Não há mais fuga para estas questões. Tem de ser analisado! Não faz sentido vir prometer que se vai fazer um parque de mil e quinhentos lugares, num sítio a dois quilómetros da baixa da cidade, quando, afinal de contas, todas as promessas anteriores não foram cumpridas. Não pode ser! Isto tem de ser encarado com toda a frontalidade. E neste momento, as pessoas que têm as responsabilidades, assumi-las. Falar frontalmente sobre os problemas e pensar. Dizer claramente às pessoas o que é que querem fazer, o que têm para fazer e, efectivamente, fazer planos e fixar prazos, porque os comerciantes não aguentam mais! -----

Queria falar aqui sobre outra questão. O Sr. Presidente da Câmara, penso que telefonou para a ACOSAL, por acaso não falou comigo, falou com outra pessoa da direcção, não quis abordar nenhum dos problemas que foram aqui focados e, queixou-se apenas da maneira como nós o tratávamos. Pois nós também retribuímos essas queixas. Estou aqui a fazê-lo. Faço-o frontalmente, virado para o Sr. Presidente, olhos nos olhos, cara a cara, publicamente, para dizer que, efectivamente, a ACOSAL é uma associação legal, representa comerciantes, tem setenta e nove sócios neste momento filiados, é uma força da cidade, tem opiniões, tentou contribuir para esta cidade e tem sido ostracizada. Nesse mesmo telefonema foi ameaçada de não ter mais apoios da Câmara. Eu pergunto: quem é que trabalha na baixa de Albufeira? Quem é que tem

feito trabalho na baixa de Albufeira? Tem sido a ACOSAL. Quem é que traçou um plano estratégico para levar pessoas à baixa de Albufeira? Quem é que tem tido opiniões públicas e acções públicas, não muitas, mas à medida da nossa dimensão, da nossa capacidade financeira, mas temos tido ideias. Portanto, eu não aceito de maneira nenhuma que o Sr. Presidente queira, de alguma forma, gerir os dinheiros públicos que não são seus, são nossos, não possam ser aplicados em acções positivas, de grande alcance e de alguma importância, que a ACOSAL tem. A ACOSAL apresentou um plano em devido tempo, quer leva-lo à prática, o Sr. Presidente só tem que dizer aqui publicamente que está contra, ou se está a favor, por telefone, a mim, não me convence, não é a maneira correcta. O Senhor Presidente fale aqui agora, publicamente, olhos nos olhos, estamos aqui os dois. Nós temos um plano, queremos levá-lo à prática, e queremos que o Sr. Presidente defina aqui qual é a decisão para esta questão. Se acha que a ACOSAL é clandestina, tem de o provar. Se acha que o nosso trabalho não presta, tem que o provar. Se acha que as nossas ideias são mentiras, tem de o provar. Se acha que nós não estamos a dizer a verdade, tem que o provar. Agora, o que nós queremos é que, haja um parque de estacionamento para esta cidade, haja sinalética na baixa, haja segurança na baixa, haja segurança na cidade, hajam soluções importantes, porque há questões importantes que a cidade neste momento tem, que têm sido mal tratadas, desprezadas e adiadas, mas que têm de ser tratadas com toda a seriedade. Obrigado. -----

Carlos Ventura - Boa noite Sr. Presidente. Boa noite Sr. Presidente da Câmara Municipal. Boa noite a todos. Eu nasci em Albufeira, como tal penso que mereço todo o respeito. Eu venho aqui às reuniões, desde que tomei conhecimento que existiam. Já ouvi de tudo, fui ofendido várias vezes, e chego á conclusão que nada foi feito e nada fizeram para que eu fosse respeitado. Conclusão: eu não acredito que pessoas da minha terra sejam indelicadas. Isso já foi provado, foi feito, o Sr. Presidente com certeza que analisou. Eu como cidadão, como albufeirense, sinto na pele o que me fizeram e, como tal, eu subscrevo o que este Senhor disse. E fala-se aqui em Albufeira na capital do turismo. Paragens de táxis, praticamente não existem. Há quatro ou cinco anos, na Galé, fecharam o sítio de passagem para a praia, que as pessoas que têm dificuldades em andar, tiveram dificuldades de ir para a praia. Fez-se o que se fez em Albufeira, toda a gente já o sabe, danificou-se o Castelo de Albufeira, fizeram-se casas a vários níveis de altitude. Albufeira, capital do turismo, parece mais uma aldeia de macacos. Fizeram-me a mim o seguinte: estando eu na França, funcionários da Câmara roubaram-me terreno na zona norte, a nascente e, conclusão, nunca me deram nada e eu tenho o direito de ser indemnizado. Tenho a minha casa à venda, com certeza que mais tarde ou mais cedo irei para baixo de uma alfarrobeira. Acuso o Sr. Presidente de Albufeira, acuso os Srs. Vereadores, acuso todas as pessoas que me fizeram mal. A minha situação é igual à de muitos que estão aqui. Nós nascemos nesta terra e somos escorraçados. Primeiro foi o Salazar, agora há muitos mais "Salazares". Eu não admito que uma pessoa que esteja a governar a minha terra, faça o que anda a fazer. Numa altura fala-me, outras não me fala. Não, Sr. Presidente, não é assim, não se faz o que o Sr. Presidente me fez na outra vez. Venho aqui para dizer: o Sr. falou, foi lá à minha casa e disse que não podia fazer nada. E depois, houve uma altura que não me falou. Eu

sou a mesma pessoa com dinheiro, sem dinheiro, dentro de um palácio ou debaixo de uma alfarrobeira. Tive vários problemas, foi falta de água, problemas de vistoria, tive de retirar a chaminé. No antigo LIDL, vai haver agora dia 28 a inauguração, eu pergunto ao Sr. Presidente: quanto é que ficou o preço do LIDL? Porque o terreno para o LIDL foi vendido a duzentos e cinquenta mil contos. E a própria Câmara não teve a ideia de comparar esse terreno. Foi o LIDL que o ofereceu à Câmara de Albufeira? Pergunto, Sr. Presidente, se não tenho o direito de ser respeitado?! Uma pessoa que pertencia a um partido forte mandou-me para "o menino Jesus". Mas essa situação já ficou encerrada. Obrigado. -----

Américo Campos - Boa noite Sr. Presidente da Assembleia. Boa noite a todos os presentes na sala. O assunto que me trás aqui hoje é, falar sobre o comboio turístico. Eu sou o delegado pelo concelho de Albufeira pela ANTRAL, represento a maioria dos taxistas em Albufeira. Nós, os taxistas, não estamos contra o comboio turístico, estamos sim, contra o sistema de serviço que ele faz. O circuito turístico é um e ele está a fazer um serviço público com várias paragens. Outra questão é o horário. No Verão, o comboio circula até às quatro da manhã. Às quatro da manhã, não há turistas a fazer circuito turístico. Os turistas estão a utilizar o comboio como um transporte, e nós, os táxis, cada vez temos menos serviço em Albufeira. É por essa razão que venho aqui manifestar o meu desagrado. Obrigado. -----

Alexandre Freitas - Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, restante público. Como já foi anteriormente visado, prepara-se uma grande superfície para Albufeira. Eu pergunto ao Sr. Presidente da Câmara, como já o fiz anteriormente e o CDS também já o fez; se o Sr. Presidente não acha que a população em si não foi já bastante penalizada com o Polis? Não acha que a sazonalidade em si não tem prejudicado os comerciantes? Se esta grande superfície, na realidade, vai beneficiar Albufeira e, quanto vai beneficiar? É claro que ela é patente de um estudo económico e não aparece aqui, tenho a certeza, do tempo de administração do PS, como alguns vão dizer. Se ela fosse da administração do PS vocês teriam a possibilidade de refazer. E a viabilidade deste projecto para Albufeira, relativamente com outras grandes superfícies? E qual é a empresa interessada neste projecto? Acho que os munícipes gostariam de saber. Pergunto também, relativamente ao acordo de Linz, em prol dos munícipes e também da autarquia, o que representa para Albufeira? E para finalizar, como o anterior município falou, relativamente ao comboio, se não deveria existir um planeamento e regras, visto que os próprios taxistas estão a ser bastante penalizados. E já por várias vezes o disse, acho que os taxistas são taxistas e o comboio é para passeios turísticos. Obrigado. -----

Gilberto Sousa (Presidente da ACRAL) - Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do executivo, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia Municipal, meus Senhores e minhas Senhoras. Tal como já tive oportunidade de expressar por escrito ao Sr. Presidente da Câmara, a ACRAL é manifestamente contra à instalação de mais uma grande superfície na Guia. E temos todos consciência de que é mais um estabelecimento que irá provocar mais dano no comércio e, por isso, estamos manifestamente contra. Porém, também temos consciência de que o pecado original não é de agora, o pecado original foi com a aprovação do Plano de Pormenor. Não é a

primeira vez que salientamos este pecado original que permitiu o Guia Shopping, a MaKro, o Leroy Merlin, o Retail ParK, e agora muito provavelmente, irá permitir mais uma grande superfície. E eu digo, "provavelmente", porquê? Não o digo por acaso. Se eles cumprirem os parâmetros do Plano de Pormenor, só quem poderia chumbar essa grande superfície, não é a Câmara, é a Comissão de Licenciamento Comercial, onde nós ainda temos acento até entrada em vigor do novo Projecto-Lei do Governo que nos exclui expressamente dessa Comissão. Porque sempre levantamos lá sérias questões relativamente a aprovação das grandes superfícies, conseguimos que algumas fossem chumbadas, não conseguimos todas, mas aquilo que era possível. E nós, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Algarve e a DEP, ficamos expressamente proibidos de fazer parte desta Comissão. Quem é que fica a fazer parte desta Comissão de Licenciamento? A Direcção Regional de Economia, a Direcção Regional de Empresas e o Presidente da AMAL, que é o Presidente da Comissão e que por sinal, mesmo havendo ilegalidade grave em causa nunca votou contra a uma aprovação. Mais, já fui veladamente ameaçado de um processo em Tribunal de indemnização, por levantar questões, quanto a nós validas, que punham em causa o licenciamento de algumas grandes superfícies. Mas isso já aconteceu comigo com os Chineses e eu cá continuo. Fartei-me de alertar publicamente sobre o problema dos Chineses. Cabe-me a mim dizer, Sr. Presidente da Câmara, de que tive o cuidado, porque eu não falo por falar, apesar de ser jurista, de consultar um colega especialista na área de urbanismo, que trabalha no Estado e, fiquei desolado ao confirmar essas minhas suspeitas de que o Senhor está numa situação, perdoem-me a expressão, está "entalado". Está "entalado", porque o pecado original foi cometido, o Senhor agora está agarrado a isso. A única hipótese que existe, de nós contrariarmos esta questão, é na Comissão Regional de Licenciamento, se nós ainda lá estivermos. Porque, como disse, O Presidente da AMAL está sempre a favor, a Direcção Regional de Economia, devido aos cortes orçamentais, está amarrada às aprovações, porque precisa da taxa. Porque as taxas de licenciamento, uma parte vão para a Direcção Geral de Empresas, outra parte vão para a Direcção Geral de Economia e outra parte vai para o Fundo de Comércio que é redistribuído a nível nacional. A Direcção Regional de Economia depende hoje, o seu funcionamento, das verbas do licenciamento comercial. São taxas relativamente elevadas, atingem números elevados pela dimensão das grandes superfícies, e com os cortes orçamentais, eis que a Direcção depende disto. É escandaloso que o Estado dependa desta situação. E é contra esta situação que eu apelo a todos que se manifestem, não é só em relação à Câmara, é em relação à Direcção Regional de Economia, é em relação ao Governo com esta nova proposta de Projecto-Lei que vem alterar a actual Lei n.º12/2004 e que vem favorecer, claramente, mais licenciamentos em números que não sabemos onde isto vai parar, o Algarve então, está sedado de grandes superfícies, só em Portimão prevê-se mais três enormes grandes superfícies, um deles já correu na Direcção Regional de Licenciamento, e voltou para trás por violação do Código do Ordenamento, essa questão fomos nós que a suscitamos na Comissão Regional de Licenciamento, mas não tenho dúvidas que vai voltar, estes grandes grupos económicos não desistem facilmente, vivem disto, então não desistem, têm especialista preparados para colmatar qualquer lacuna, ultrapassar qualquer

obstáculo. Para terminar, Sr. Presidente, a dizer que, manifestamos aqui o nosso desacordo relativamente a esta questão. Compreendemos a sua posição e, quero lhe dizer, espero sinceramente que, caso isto por desgraça venha a acontecer, a aprovação, que a esta empresa que não sei qual é, não seja aplicada o mesmo princípio que foi aplicado às outras na Guia, que é contrapartidas para o comércio da baixa de Albufeira, zero. Chegaram aqui, instalaram-se, descapitalizam a região e não deixam um tostão de reinvestimento. Espero que com esta empresa isto não se passe e que haja capacidade de negociação da sua parte, só o Senhor é que tem essa capacidade, terá o nosso apoio se chegarmos a essas vias de facto, mas quem é que tem de tomar essa posição é o Presidente. Por fim, gostaria de lhe perguntar, como é que estamos com a fase final dos trabalhos na baixa? As coisas já levaram tanto tempo que já há um descrédito relativamente a estes trabalhos, nomeadamente no que diz respeito aos parques de estacionamento. Ainda em relação aos parques de estacionamento quero sensibilizá-lo para a questão da primeira e segunda hora de bonificação do parque, para que tanto quanto possível, o período que for possível, e nós hoje fomos lá a baixo e há um que está vazio, que pelo menos as primeiras duas horas sejam gratuitas para que as pessoas se habituem a ir ao centro da cidade, se habituem a consumir no comércio local. Muito obrigado. -----

Luís Alexandre - há uma questão que não pode passar em claro, que vou expor aqui. Ao ouvir as palavras do estimado colega, fico altamente preocupado, porque, efectivamente, se existe um pecado original, quer dizer que nesta Câmara já existe um Plano de Pormenor da Guia, que efectivamente vai condena-la a ter que aceitar no futuro um grande hipermercado, então eu pergunto: porque é que não se criaram as alternativas para que o comércio local da cidade funcionasse? Isto é espectacular! Se o Plano de Pormenor é do Sr. ex-Presidente Arsénio Catuna, que já faleceu, porque é que entretanto neste meio tempo todo, todos os políticos instalados na Câmara Municipal, não acautelaram os interesses da cidade e os interesses dos comerciantes que são a principal força desta cidade, que pagam bastantes impostos e que fazem funcionar a cidade, ao contrário dos "Continents" dos "Leroys Merlins" e dessa gente toda que vem para cá instalar-se? Esta é que é uma questão muito importante que vai ser que ser respondida! Nestes anos todos e o Sr. Presidente tem dez anos de Câmara Municipal, seis de Presidente e quatro de Vereador, com um papel muito importante, porque é que não planificou e não resolveu estas questões? Porque é que anda envolvido em promessas que não consegue cumprir e anda sempre com estas empresas "ao colo" e nós estamos aqui "amarrados" às nossas desgraças? Isto não pode continuar! Desculpem lá mas, isto é uma desculpa muito esfarrapada. -----

Carlos Ventura - Albufeira, praticamente, é uma terra fantasma, a partir das seis, sete horas não se vê ninguém nestas áreas. Não há um cinema, não há uma casa de cultura em que as pessoas se juntem, não há uma restauração digna nesse aspecto. Fizeram com que albufeira ficasse uma terra fantasma. -----

Vitalino Coelho - Boa noite Sr. Presidente. Boa noite Sr. Presidente Desidério, caros colegas, Assembleia Municipal. Penso que não vou utilizar os dez minutos porque a maior parte dos assuntos já foram descritos. Quero esclarecer uma situação que é minha, pessoal, mas que transmite talvez a de a maioria deles. Estive alguns anos em

África e quando já tinha uma vida próspera resolvi vir para Almada e investi em quatro lojas comerciais. No entanto houve uma grande ideia, que estas ideias, em parte, nunca saíam da cabeça do autarca e sempre da cabeça da outra classe, dos grandes Ministros de Lisboa. A ideia de abrir um hipermercado em Almada. O que é que sucedeu? Abriu-se o Centro e, nas minhas quatro lojas de brinquedos, no mês de Dezembro, por exemplo vendia trinta mil contos na altura, nesse ano passei a vender cinco mil contos. Tinha um capital garantido nas minhas lojas de trezentos mil contos e agora valem quarenta, cinquenta mil contos. Eu, acho que fui vítima do Governo. Porque já em Africa, o Sr. Presidente de Maputo, não deixava abrir hipermercados em Quinxassa, só comércio tradicional, indústrias. Eu, saí do Zaire sem haver um hipermercado. Vim para este país a pensar que as coisas estavam reguladas e abri as lojas em Almada. Hoje, as lojas em Almada estão pura e simplesmente a viver de uma renda miserável que nem lhes paga o condomínio. O centro comercial onde eu tenho quatro lojas está reduzido a duas alugadas e duas por alugar, o centro está de "pantanas" e era o maior centro da zona sul de Lisboa. É muito complicada a posição de um Presidente da Câmara, mas tem que se dizer, nós estamos num momento de agonia total. Eu vejo por mim, tenho lojas também aqui em Albufeira, e estou a ver que estou a ir pelo caminho. Para mim, em momento de agonia, sejamos conscientes. Porque se o comerciante de retalho fosse solidário e reguila, isto andava tudo de "pantanas". Isto seria uma segunda Argentina. Nas minhas lojas tinha três cunhados a trabalhar comigo, todos estiveram à beira de esgotamentos. As lojas fecharam, deixou de haver salário, há dificuldades de emprego. E nós em Albufeira estamos conscientes de que há famílias bem posicionadas no antigamente, que tinham lojas e que hoje estão mal. Tinham todos capitais investidos no centro comercial "Califórnia". Agora, estamos a falar de hipermercados, para mim, mais um, menos um, o grande erro já vem do antigamente. Se formos à Grécia, na zona história, existem milhares de pessoas, se viermos aqui a Albufeira, não há quase ninguém. Se lá for agora, vê quatro ou cinco pessoas a passar no centro de Albufeira. Foi feita uma má política. Venha agora o Senhor Ministro da Indústria e do Comércio a dizer "cria-se emprego", mas que emprego? Eu sozinho, em Almada sustentava seis famílias, em Dezembro eram doze. Multipliquem isso por milhares de pequenos comerciantes em Almada e vejam quantos milhares de empregos não se perderam? Dizem, "vai-se aqui abrir um hiper, criou-se mil e quinhentos postos de trabalho", mas façam as contas e comparem e vejam a diferença. Há um ditado que diz "casa onde não há pão todos ralham sem razão". Outros dizem, "nós queremos incentivar os transportes públicos, os outros já estão do outro lado a dizer, "mas isso prejudica-nos a nós taxistas". É óbvio que houve aqui duas iniciativas e temos de louvar. Esta cidade não tinha transporte público. Isto foi quando? Foi há dois ou três anos, mas já deveria ter há vinte anos. Estacionamentos, estamos a falar neles. Já deveriam existir há trinta anos. Elevadores na praia, já deveriam ter sido feitos há vinte anos. Nada se fez! Agora, vamo-nos concentrar seriamente sobre o problema do comércio tradicional. A autoridade tem de ser consciente, colaborar e ajudar. A minha esposa tem três lojas, temos um capital mobilizado por volta dos trezentos mil euros de mercadoria, mas eu hoje não fui capaz de fazer cento e vinte euros. Há famílias numerosas a viverem de uma loja. A agonia está lá, sejam conscientes, vamos trabalhar, vamos criar

incentivos para a cidade, criar ideias para que o pessoal adira ao nosso comércio e para ver se remediamos a situação. Muito obrigado. -----

Luís Reis - Boa noite a todos. Eu já tenho vindo a sessões destas ou outras e deparo-me constantemente com a presença desse Senhor que está ali à porta, com queixas de, terreno que lhe tiraram, de viabilidades que fizeram ao lado, de situações embaraçosas que acabamos por não entender muito bem. Eu pergunto se a Câmara está disposta a continuar a ouvir este Senhor para o resto do mandato? Eu não estou com disposição de ver este Senhor a fazer greves na rua, a vir aqui queixar-se disto e daquilo, sendo tomado no ridículo porque ninguém lhe liga, ninguém lhe responde e não há ninguém destas autoridades todas aqui sentadas que explique aqui, a esta Assembleia, o que é que se passa e faça uma auditoria à situação dele. Isto é escandaloso! Há pessoas que são obrigadas a explicar aqui o que é que se passou e em frente às pessoas todas, a queixa já é pública. -----

António Santos - Eu sou guia turístico e infelizmente tenho assistido no Algarve à "morte" dos centros da cidade, quer Lagos, quer Portimão, quer Albufeira. Estes Centros Comerciais estão a "matar" os nossos centros. Meus amigos, as pessoas que neste momento têm no centro de Albufeira casas pequenas, eu digo-lhes, não têm hipótese. Com a atitude das nossas Câmaras a licenciarem todos estes Centros Comerciais, não há hipótese. Albufeira tem outro grande problema. Neste momento, 60% do comércio de Loulé e Quarteira é feito à quarta-feira e ao sábado. Eu sou guia turístico e sei, a minha agência leva cem, duzentas pessoas para Loulé e Quarteira, é uma forte concorrência a Albufeira. O Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, deveriam arranjar alternativas, e as alternativas não são os centros comerciais. Há quinze anos atrás havia quatro lojas pequenas para mil habitantes, neste momento em Portugal há 0,8 lojas para mil habitantes. Eu aconselho a alguns comerciantes que têm lojas no centro antigo da cidade, ainda com alguma actividade, o melhor é encontrarem algum estrangeiro e façam o trespasse. Qual é a solução? O Sr. Presidente podia fazer isso. Porque é que não se faz um grande mercado no centro de Albufeira?! Porque é que os comerciantes não se unem e fazem cada loja um centro? De uma maneira ou de outra isso é possível, porque infelizmente os pequenos não têm hipótese contra o grande capital. Outra coisa, Sr. Presidente, que é muito mal em Albufeira. Porquê que não se fazem bons estacionamento em Albufeira. Incomoda-me bastante. Eu sempre vou com os carros, no Verão, ao centro de Albufeira, vejo vinte, trinta, indivíduos toxicodependentes a incomodar as pessoas. Os turistas vêm ter comigo e dizem: "António, nós à noite temos medo de ir do parque de campismo para Albufeira porque encontramos aqueles indivíduos." Então não é possível a nossa autoridade fazer alguma coisa contra isso? Eu até gosto de si, Sr. Presidente, é uma pessoa bastante simpática. Porquê que o Senhor não reúne todos os comerciantes de Albufeira sob o coração de Albufeira. A Rua 25 de Abril, neste momento, já é uma rua de baixo comércio. Em Tavira está a acontecer o mesmo, como o Senhor sabe, com a Rua Cândido Reis, etc... Porquê que o Senhor não reúne todos os comerciantes e vamos fazer um mercado uma ou duas vezes por semana, até pode ser feito nas próprias lojas. Nesse dia, as lojas em Albufeira, vendem a 50% mais barato. Vamos dar "guerra aos chineses, vamos dar "guerra" a Loulé, vamos dar "guerra" a

Quarteira. Porque, meus Senhores, o grande capital sobrepõe-se aqui. Neste momento, em Portugal, só vale o dinheiro. -----

Vítor Neto - Como cidadão não posso falar na Assembleia?! -----

Presidente da Assembleia - O Senhor aqui não tem duas qualidades, tem uma qualidade, que é Membro da Assembleia Municipal e Membro da Assembleia Municipal não intervém no período do público. -----

Gilberto Sousa - Queria dizer a este Senhor que entreviu, o seguinte: o que se passa em Loulé propriamente, nós somos manifestamente contra. Eu não tenho coragem de chamar comerciantes aquelas pessoas, à quarta e ao sábado de manhã, é outra espécie. Quanto é que pagam de impostos? Onde é que aquele material é fabricado? E nós temos vindo a alertar a ASAE, permanentemente, para isso. E já muito antes da ASAE. Provavelmente vão mais depressa á loja de qualquer um destes comerciantes que estão aqui sentados, do que vão ao mercado. Debaixo de muita pressão, têm feito algumas inspecções aos mercados. Mas o problema está lá, não o resolveram. Passam uma multa a um e a outro, mas o problema continua. A participação do comércio em algumas actividades, por exemplo o desconto de 20%, já temos experiência feita em Portimão e outra em Loulé, com algum sucesso, sobretudo em Loulé. Este ano de 2008, todos os que participaram e mais aqueles que não participaram, querem novamente aderir a esta iniciativa. Aí sim, tem toda a razão, os comerciantes têm de se movimentar e criar novas formas de rendimento. -----

Francisco Martins - Queria falar em dois pontos relativamente à Avenida Sá Carneiro. Primeiro: naquela zona não há sanitários públicos, nem parte norte, nem parte sul, onde passam milhares de pessoas durante o ano. Segundo: é sobre os ciganos que estão sentados na rua a pedir, desde o Hotel Montechoro até cá a baixo, ao longo de toda a avenida. Gostava de saber se há algo a fazer contra isso. Obrigado. -----

Presidente da Câmara - Boa noite a todos. A história "olhos nos olhos", eu peço autorização para usar os óculos. Vou responder a todos, obviamente, mas se me permitem vou responder em primeiro ao Carlos Ventura e ao Luís Reis, para de uma vez por todas, as pessoas perceberem do que é que nós estamos a falar. O Sr. Carlos Ventura, desde há uns meses, tem procurado a Câmara Municipal e tem escrito uma série de documentos em relação à Câmara, que muitas das vezes são difíceis de entender e perceber. Esses documentos, tenho pedido para serem analisados tecnicamente. Não percebi, quando há pouco disse que eu não lhe tinha falado, só numa situação de não o ter visto, porque nunca lhe virei as costas, fui o único, quando ele esteve em greve, que lá fui falar com ele. A situação que ele aponta aqui tem a ver com situações de quinze, dezoito anos atrás. Eu, enquanto Vereador, ainda lá fui falar com ele a casa, mas era de situações que já vinham de trás. Foi quando ele veio da França e quando foi feita a estrada de S. Rafael e preparado o Plano Director Municipal, em que do lado Norte pode-se fazer algumas construções e do lado Sul ele tinha expectativas de poder fazer uma residencial e não conseguiu fazer. E quando a estrada foi feita "comeram" uma série de terreno, mais do lado dele do que do outro lado. O que eu pedi ao Sr. Ventura foi para que ele e com os técnicos que a Câmara tem, tentar saber que áreas é que na altura a Câmara tinha prejudicado em termos daquilo que são os terrenos do Sr. Ventura e ele não conseguiu. Para ele trazer elementos suficientes

para que a Câmara pudesse considerar e passado este tempo todo vir a indemnizá-lo e compensá-lo. Esta é a situação real em relação ao Sr. Ventura. Quando ele fez a greve e esteve aí em diversas situações, estive sempre o cuidado de falar com ele e de lhe pedir sempre nestas circunstâncias. Só que os documentos que ele entrega, são documentos muitas vezes ilegíveis e que não se conseguem juntar as peças, para lhe dar uma resposta. Que fique aqui claro que não há nenhuma questão em relação ao Sr. Carlos Ventura. Sobre a questão que ele também aqui levantou, sobre o LIDL, e para que não haja dúvidas nenhuma, acontece o seguinte: aquele terreno tinha catorze hectares e tal e, em tempos, não sei há quantos anos, a empresa do LIDL comprou todo aquele terreno e construiu aquele edifício do LIDL, que posteriormente fez uma nova construção. Então, como aquele espaço que tinha sido o antigo supermercado, era para demolir, na altura foi por mim pedido que a empresa do LIDL deixasse aquele equipamento de pé, para se poder fazer dali um espaço para várias actividades e que desse resposta a situações concretas de actividades. Portanto, houve um acordo, em que a Câmara recebeu esse equipamento, mas obviamente não teve de dar nada em troca, apenas não exigiu que fosse demolido. Ficamos com aquele equipamento, foi requalificado e tem servido para uma série de acções concretas, não só da Câmara e que a partir de agora passa a ter todas as condições, com casas de banho, com outros espaços que servirão para associações e todas as acções que forem necessárias. Isto é em relação às questões que o Sr. Carlos Ventura aqui colocou. -----

Em relação ao Sr. António Campos, penso que depois o Sr. Presidente da Assembleia Municipal fará referência sobre o processo, que é um dos pontos da ordem de trabalhos. -----

Nas questões que aqui foram referidas, estas mais pequenas, do Sr. Francisco Martins relativamente às casas de banho públicas. Como informação, do lado Norte da Sá Carneiro, mais ou menos em frente do desvio para Vila Petra, há ali um terreno de um alvará de loteamento, onde fica de cedência à autarquia aquele espaço onde tem sido feito estacionamento provisório. Aí é uma das zonas de estacionamento e vamos colocar os sanitários públicos. Aquele espaço ainda não foi cedido, mas vai ser cedido à Câmara. Quanto à questão dos ciganos. É a questão dos ciganos e da toxicodependência. São questões de, permanentemente termos de contactar as autoridades no sentido de minimizar todas essas questões. Nos dois últimos meses do ano anterior, quer com o Ministro da Saúde, quer com o Ministro da Administração Interna, foram colocadas essas situações, por duas vezes, em dois momentos concretos, cada um em reuniões concretas. É para lhe dizer que, sobre essa matéria tem havido essa preocupação. -----

As questões aqui apresentadas que merecem uma atenção maior é sobre a intervenção do Sr. Luís Alexandre e por isso, se não se importar, eu referia aqui a questão do Alexandre Freitas. O Alexandre Freitas fala da grande superfície e irei explicar de seguida e também fala da geminação com Linz. Linz é uma cidade austríaca, que tem cerca de duzentos mil habitantes e tem emprego pleno. Em 2009 vai ser capital da cultura. Numa visita feita a Linz, no âmbito do Cônsul da Áustria no Algarve, o Sr. Eduardo Vieira, foi discutida a possibilidade de uma aproximação entre Albufeira e Linz. Em termos de quê? Obviamente que nós temos o sol, o mar, temos milhares e

milhares de turistas que visitam Albufeira e eles têm em 2009 a capital da cultura. Mas eles têm outra componente importante, têm um capital humano, em termos de possibilidade de deslocar para Albufeira aquilo que eles andam a deslocar há anos para países como a Grécia, Itália e Espanha. São à volta de trinta mil pessoas a partir dos sessenta anos, que todos os anos passam férias nesses países. Em que essa Associação, no fundo organiza e dinamiza todo esse projecto, em relação a canalizar as pessoas para esses países, mostrou-se muito disponível, depois de uma visita que vieram fazer a Albufeira, a Vice-Presidente e uma Vereadora da Câmara de Linz, depois de terem estado aqui em Junho, mostraram-se muito disponíveis, para tentar junto da estrutura da Instituição, canalizar essas pessoas para Albufeira, porque gostaram. Portanto, essa aproximação tem a ver com a possibilidade de podermos canalizar para Albufeira austríacos, com uma capacidade económica forte, e por outro lado, na sequência da Capital Europeia da Cultura 2009, podermos aproveitar a componente cultural e científica que Linz representa na Europa Central, mais concretamente na Áustria. Essa é a relação de, procurar termos acesso porque nós estamos geminados com Cabo Verde há dez anos, mas essa geminação é de levar, e de trazer apenas a cultura, o reconhecimento e a humildade do esforço que nós temos feito em Cabo Verde. Aqui a procura é exactamente ao contrário, é de que Áustria nos mande para cá gente com capital, que gaste, que goste de cá estar. E no lugar de eles irem para outros países, poderem canalizá-los para Albufeira. Nós temos uma geminação com uma cidade escocesa, Dunfermline ainda lá fui uma vez, mas depois não houve sequência, e uma geminação só faz sentido se houver interesse de ambas as partes e se houver essa procura de informação em relação às duas cidades e o objectivo maior é a canalização e o trazer mais pessoas para Albufeira. -----

Em relação à questão do Sr. Luís Alexandre e sobre a forma como ele colocou as questões. Colocou-as, enfim, não quero dizer com alguma agressividade, apenas quero chamar, com alguma emoção. Só quero aqui esclarecer duas situações. Primeiro, eu antes de ligar para o Carlos Domingues liguei para si, era sobre o comunicado, mas era sobre um pedido de reunião que estava na altura com o Sr. Paulo Dias, que era para conversarmos e acertarmos as coisas. Depois falei com o Domingues e disse que, em relação aquele comunicado, o que estava identificado não era certo, e o Sr. acabou de me confirmar que era mais para provocar a discussão. Por outro lado, quero lhe dizer que, a ACOSAL é uma Associação que nós, Câmara Municipal, ajudamos a criar, demos apoio jurídico e sabemos que não é uma Associação ilegal. Fomos nós, como sabe, o Gabinete Jurídico da Câmara, que ajudou a constituir a ACOSAL. E também quero lhe dizer que, durante este ano e meio de ACOSAL, todo o apoio que nós temos dado, quantificado, seja em termos de pagamento de artistas, seja em termos de aluguer de barracas, de sons e de tudo, estamos a falar já muito perto dos sessenta mil euros de apoio à ACOSAL. Ora, uma instituição que não reconhece, ou que põe a ACOSAL de parte, neste ano e meio não teria a postura que tem tido. O que nós podemos não gostar é que os pedidos da ACOSAL sejam feitos na maioria das vezes, sem uma programação definida, muito em cima do joelho, muito próximo das datas que pretendem. Como deve calcular, uma autarquia tem que organizar e tem que programar uma série de actividades por todo o concelho e nem sempre tem pessoal disponível. E

não tem pessoal porque em determinadas alturas do ano, os técnicos estão todos ocupados e, tantas foram as vezes que já tivemos de alugar som, aparelhagens, tendas, ou seja, porque não tivemos capacidade. Se tivéssemos um plano com uma antecedência razoável, podemos programar as coisas de maneira a que, no terreno, talvez, se possam fazer as coisas com mais motivação, onde aparecem mais pessoas porque tivemos mais tempo para divulgação. Isso é uma forma que eu acho que temos que agarrá-la. Mas há outra questão que quero dizer, é que, não me parece justo e acho que nós temos uma baixa que, como aqui já foi referido, é preciso dar as mãos, encontrar as soluções, não faz sentido que tenha a ACRAL por um lado e a ACOSAL por outro. Eu acho que a intervenção de uma autarquia, se os problemas do pequeno comércio, são mais ou menos equivalentes, eu acho que deveria haver reuniões entre uns e outros para discutir em conjunto, porque penso que, na Baixa, e noutros locais do concelho, haverão sócios de ambas as partes. E portanto, eu digo, não separo os sócios das associações. Nunca disse, nem está previsto em lado nenhum, uma "história" que é o alargamento da estrada de acesso a Guia. Nunca o disse, não está no Plano de Actividades. Diz aqui que, eu não tenho ideia de quanto eu já prejudiquei a cidade. Eu, obviamente, estou aqui para responder às questões que me são colocadas. E as questões das grandes superfícies, é um assunto que não é só responder sim ou não. Quero fazer aqui um pouco, e é preciso fazê-lo, tenham paciência de me ouvir. Não vou aqui culpabilizar ninguém. O que vou dizer não é uma questão de passar para aqui ou passar para ali. Nós estamos no concelho de Albufeira e temos um Plano Director Municipal que foi aprovado em 95. Este PDM configurava duas grandes zonas que eram de Industria Comercio e Serviços. Essas duas grandes zonas são, a Guia e Ferreiras. Na sequência deste PDM acontece que, uma proposta que foi apresentada pelos serviços técnicos onde tinha o nome dos responsáveis técnicos e jurídicos, e na sequência da preparação de um Plano de 96 e 97, a Câmara Municipal de Albufeira, em 3 de Março de 98, aprovou o Plano de Pormenor de Indústria e Comércio de Serviços da Guia. Depois, o que é que acontece? Acontece que esse Plano, foi a Câmara Municipal e depois à Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal e foi depois para publicação no Diário da República em Março de 98. Portanto, estes são os dados. Plano Director Municipal, proposta da Câmara, Plano de Pormenor da Guia, aprovado em Reunião de Câmara em 27/03 e publicado em 9 de Março de 99. e a partir daqui, como vocês sabem, foram desenvolvidas naquela zona, grandes superfícies, como a Sonae, o Retail Parque, a Makro, como outras e, nessa altura diria que, não ouvi, pelo menos pelos grandes responsáveis da altura, grandes contestações em relação a esta matéria. As últimas lá aprovadas, há um ano e meio, foram, o Leroy e o Aldi. E esses contribuíram com quatrocentos mil euros para a construção de um campo de jogos na freguesia da Guia. Daquilo que sei, foram as únicas empresas que contribuíram para equipamentos. Acabaram por compensar a freguesia da Guia com um equipamento desportivo. O restante terreno, é um terreno que foi objecto de um pedido de apreciação na Direcção Regional de Economia. E esse pedido de apreciação foi por mim tomado conhecimento através do jornal "O Barlavento". Nessa altura o processo apenas tinha sido dirigido à Direcção Regional de Economia para o pedido de licenciamento. Nessa altura, acontece que, esse processo veio para a Câmara, a Câmara analisou-o, os nossos

técnicos verificaram o pedido em função do Plano de Pormenor em vigor e deram a intenção de indeferir no dia 04/12, atendendo a que o mesmo não respeita o Plano de Pormenor e, portanto, devolvemos novamente este processo para a Direcção Regional e Economia. A Entidade tinha pedido em Outubro uma Certidão, Certidão essa que foi passada no dia 03 de Janeiro, a dizer que o Plano de Pormenor de Indústria, Comércio e Serviços da Guia, tinha sido publicado em determinada data e que estava em vigor como estão os Planos aprovados e publicados em Diário da República. Mas eu já percebi, já me explicou, que essa questão foi apenas para provocar a discussão, sabendo que não estava aprovada a grande superfície. Aceito isso! Esta é a cópia da deliberação da Câmara onde diz que, a intenção é de indeferir tendo emitido parecer desfavorável nos termos do parecer técnico de 06/10. Depois, obviamente que apareceu em 14 de Janeiro o comunicado da ACOSAL e um outro artigo no jornal "A Avezinha" sobre estas questões. O pedido que foi feito, foi para, neste momento, praticamente, o último terreno que falta ocupar daquele Plano de Pormenor e, é um terreno que neste momento está com o Plano em vigor e está sujeito às regras dos instrumentos de planeamento em vigor. E pela sua dimensão é, obviamente, um terreno que foi comprado por um valor extremamente elevado, e o que é para lá pedido é de acordo com aquilo, como já lhe disse, está referenciado no Plano. É evidente que, para sustentar ou para segurar uma situação destas, tem de ser de uma justificação e uma tomada de posição que em circunstâncias que tem a ver com pedidos indemnizatórios com aquilo que são os direitos adquiridos, com aquilo que são, digamos, a legitimidade do dono do terreno face a uma autarquia, o hipotecar o pedido indemnizatório para uma autarquia é um processo muito, muito complicado, e que envolve não só quem aprova, mas envolve, depois, pessoalmente, aqueles que decidem. Portanto, se houver alguém que tenha a coragem de fazer a proposta no sentido de que assume, nesse caso individualmente, essa situação. Porque não se pode hipotecar aquilo que é o orçamento de uma Câmara Municipal durante um ano ou dois, sobre uma situação que tem um processo, como vocês sabem, de cerca de dez/onze anos, entrou em vigor em 99. Essa é uma das razões que tem a ver com os instrumentos de planeamento em vigor. Eu diria que, este é um processo que é preciso explicar e é preciso que as pessoas entendam. Depois, eu disse e é verdade que, ao longo destes anos, os únicos que contribuíram, neste caso não foi para o comércio local mas foi para a Guia, foram o Leroy e o Aldi, para a construção de um equipamento. E, também entendo, que estes Planos que foram aprovados há dez anos, deviam ter mecanismos de compensação ao comércio local, porque foi a partir daí que começou a grande fase do descalabro do comércio tradicional de Albufeira, a partir do momento da implantação do Centro Comercial e do Shopping da Guia. Vamos ser realistas, porque essa é a base de todo esse processo. E, a partir daí, desenrolou-se uma série de processos, nomeadamente o Retail Parque, que está ao lado, a Makro, aliás, abriu antes do Shopping. Não estamos a falar que isto começou há três, quatro, cinco anos, estamos a falar do momento em que se encontram e se põem no terreno instrumentos de ordenamento do território que permitem que estas situações aconteçam, e se tivesse nesse plano de pormenor meios e mecanismos de dizer que aquele lote seria só para indústria, ou que seria só para serviços, só para uma situação específica, então aí estava salvaguardado, mas diz indústria, comércio e

serviços, diz a área de construção, diz as distâncias, tem os pareceres favoráveis da única entidade que pode, as Estradas de Portugal, que é no âmbito de uma estrada camarária. Eu sei o quanto tenho sido criticado, o quanto tenho sido "entalado", o quanto tenho sido "apertado", mas há aqui um facto que é, eu com todo o respeito que tenho por todos, quero vos dizer que, no princípio destes processos, podem consultar tudo, não há aqui nenhuma aprovação com a minha assinatura, nem com a dos elementos do meu partido da altura. Agora acontece o seguinte, nós estamos aqui com um processo de que quem está no terreno é que tem de dar a resposta. Eu quero aqui frisar que, e sabem, o quanto tem sido difícil aquilo que é a intervenção no âmbito da Polis Albufeira, e sabem também o quanto tem sido complicado em determinados momentos, perante o Estado, nomeadamente no ano 2003/2004, porque não pôs capital social e foi a Câmara que teve de suportar esse capital, ainda no tempo do Governo PSD e perante as empresas que ganharam os concursos das obras, vocês sabem muito bem quantos dias fui para lá às 7:30 h e, portanto, obviamente, é do meu agrado, que as coisas não avançassem. O esforço que tenho feito tem sido no sentido de que as obras avancem, que acabem e, obviamente, há muitas correcções a fazer. Por isso pedi uma auditoria ao Instituto Superior Técnico para que depois a Câmara possa intervir nas situações que estejam mais complicadas. Ouve uma altura que eu me comprometi no âmbito da URBCOM, fui a Lisboa várias vezes à Direcção Geral do Comércio com elementos da ACRAL da altura. Comprometi-me a intervir em ruas no âmbito desse processo. Ouve quinze ou vinte candidaturas, por exemplo a 5 de Outubro que é uma rua que, já falei com os comerciantes, só falta apresentar o estudo e a calçada conforme pediram, e a obra arranca a 1 de Outubro. A Cândido dos Reis, está para concurso para começar também a 1 de Outubro. A rua do MFA que tanto tem sido criticado, está num projecto de requalificação, porque é a última rua a intervir, porque enquanto houver obras lá em baixo, não se vai intervir nessa rua porque é a passagem de muito camiões. Em relação aos estacionamento, vocês sabem que, no âmbito do Polis havia estacionamento e que se chamavam investimentos complementares. Esses investimentos complementares não tinham um "tostão" do Polis, eram investimentos que tinham de ser feitos por particulares. Havia o P1 que era no campo do Inatel, havia o P6 na antiga bomba de gasolina, havia o P5 que nós conseguimos fazer porque conseguimos expropriar o terreno ao Sr. António Cabrita. Há um projecto de 250 lugares onde é a casa Águas que é num terreno privado, e há outro de 250 lugares junto ao cemitério que é do Sr. Cabrita. E neste contexto foi aberto concurso de concepção construção e exploração, concorreu apenas um concorrente, andamos na expectativa de ele fazer as duas obras. Recentemente, há três, quatro meses, essa empresa deu a entender que não tinha condições económicas para fazer o estacionamento, uma obra custa um milhão e cem mil contos e a outra custa cerca de seiscentos e cinquenta/ setecentos mil contos. Neste contexto, em relação ao parque de estacionamento da BP, nós em Dezembro, no Plano de Actividades e Orçamento colocamos uma verba para a Câmara assumir a construção do parque de estacionamento, tenho aqui o projecto do parque de estacionamento, está a ser feito o processo do concurso porque vamos aproveitar o projecto que a empresa que concorreu o cedeu porque eu o pedi. Abrindo o concurso, há condições para começar

esta obra em Outubro. Depois temos o Inatel, sabem que houve processo das expropriações do terreno no âmbito do Inatel, foi um processo complicado. Neste momento tenho uma carta da empresa que adjudicamos a obra e que depois disse que não a fazia, dirigida à Polis, onde diz que, já encontrou um consórcio e está disponível para começar a obra do parque do Inatel. Eu tenho aqui os documentos todos que depois podem ver. No âmbito da Casa Águas, combinei com o Sr. Mascarenhas Cardoso de que a partir de Maio Junho, quando tirarem de lá o estaleiro do elevador, aquele terreno seja todo limpo para que se faça um estacionamento de superfície para dar apoio àquela zona. Eu tenho ouvido e já falei com algumas pessoas lá de baixo, a história do P5. já falei com o Vereador e o Presidente da Assembleia Municipal, a propor uma redução das taxas em pelo menos quatro, cinco meses, no sentido de procurarmos que haja um estímulo, uma vontade de começar a utilizar o parque de estacionamento. Quero vos dizer que, já está em fase de processo de concurso, a requalificação do acesso principal da entrada de Albufeira até à zona da Cocheira. Também está no Plano de Actividades do ano passado. A ligação da via do Infante ao Parque de Campismo, está neste momento para estudo de impacto ambiental e como vocês sabem há anos que eu ando junto ao Governo e das Estradas de Portugal para este processo e esta decisão. Há aqui outra questão de que há bocado falou, que é a história do parque a não sei quantos quilómetros. O que está aqui é que nós estamos a falar com a EDP para enterrar os cabos da linha de Alta Tensão que passam pela zona do Centro de Saúde, e o Lidl está disponível para nos ceder aquele terreno para fazer ali um parque de estacionamento de periferia, que dá para cerca de mil carros e com a passagem do Giro ou eventualmente com um transporte de vai/vem, sempre entre o parque a e baixa, ajudará a que se facilite esse acesso, nomeadamente junto à Avenida da Liberdade. É evidente e o Vitalino disse há bocado, que nós criamos transportes públicos. No ano passado andaram nos autocarros cerca de um milhão de passageiros. Criamos os comboios turísticos, é evidente que têm aqui alguns problemas como já vimos. Vamos aumentar o número de táxis para mais vinte. Melhoramos a estrada e os acessos Montechoro/Fontainhas. A estrada da Quinta da Balaia até à Praça de Touros. Requalificamos o Eixo Viário. Estão previstos na Oura dois parques de estacionamento no âmbito do Plano de Pormenor. A Sá Carneiro Norte, que já falei ali ao Martins. Um na Guia, que já foi apresentado estudo à Junta de Freguesia da Guia. E nos Olhos d'Água, neste momento há um projecto privado que vai começar a funcionar este ano com trezentos e sete lugares e mais alguns lugares num outro terreno que lá está. Como eu disse, apoiamos essas candidaturas e no âmbito da ACRAL, ainda esta semana aprovamos um protocolo de um apoio de quarenta e seis mil setecentos e oitenta euros para apoio ao pequeno comércio, além daqueles sessenta mil. Também quero vos dar mais duas informações, que é importante que vocês saibam. Neste momento conseguiu-se em termos de juntar dois promotores, um é o dono da Praça de Touros e o outro é o dono da empresa de Corcova, que se juntassem para a requalificação completa daquela Praça, de se criar ali um Centro de Congressos de cinco/ seis mil lugares, que é muito importante para Albufeira porque passa a ser um centro de referência, quer para o Centro, quer para aquela zona, estamos a falar da Oura e da zona de Santa Eulália. E também vos quero dizer que, nos próximos três anos, Albufeira vai passar a ter,

também é importante pois são turistas com algum poder de compra, cerca de doze hotéis de cinco estrelas. Acho que isto é um reforço da qualidade num concelho como o de Albufeira. Falamos há bocado, da questão da Saúde e na segurança. É vergonhoso a situação actual do Centro de Saúde de Albufeira. Vergonhoso porque, com o fecho de alguns serviços de atendimento permanente noutros concelhos, Albufeira está a sofrer de um grande número de pessoas, do qual já dei conhecimento ao Sr. Ministro da Saúde dessa questão, não vou aqui explicar mais. Por outro lado, são as questões da segurança. Duas reuniões com o Ministro da Segurança, porque a GNR de Albufeira não tem os efectivos mínimos para poder dar resposta àquilo que são as exigências do concelho. Mais uma informação: nós investimos em 2007, nos grandes eventos, na cidade e penso que, em termos da promoção da evolução turística, um valor considerável e Albufeira foi considerada em termos de Algarve, o destino em termos de número de pessoas, em termos da capacidade hoteleira, no âmbito dos números que a AHETA nos dá, liderou todos os meses a taxa de ocupação no Algarve. São números da AHETA, não são números meus. E para informação final, quero vos dizer que saíu ontem, à revelia do Inatel, foi publicado o concurso para a obra da mata de Vale Mangude e este processo, agora, só está nas mãos do Sr. Primeiro-Ministro. Em relação à grande superfície, não vamos aprovar de qualquer maneira. Agora se ela cumprir todas as regras, todos os planos, ela terá de ser vista nesse sentido e obviamente a decisão final ficará para essa fase. -----

Luís Reis - As explicações que nos deu, já as conhecíamos, a maior parte delas. Contudo, um dos factores, muito importante, penso que a maioria das pessoas que estão aqui se debatem e talvez o resto da população desta zona urbana se debate, já não falo das Areias de S. João ou Olhos d'Água, é que, aos poucos, o estacionamento foi sendo retirado e sempre foi sendo prometido a substituição desse retirado por outro. Isso durante décadas. Presentemente, há uns anos atrás, quando nos apresentou a Polis, apresentou-nos um vasto leque de parqueamentos. Retirando-nos ao mesmo tempo, na altura da Polis, uma grande percentagem, talvez 50% dos parques que tínhamos ao ar livre. Continuamos com esse problema. Daquilo que nos disse esta noite, não nos deu consistência nenhuma, porque de facto, fala-me do Parque da "BP", tudo bem, esse lá está, fala-me do parque daquela mansão, num terreno particular, não sei em que moldes isso irá funcionar, de qualquer maneira não é nada significativo porque as pessoas, porque de todo o centro de Albufeira urbano velho foram retirados a maior parte dos estacionamento, prometido um estacionamento no terreno do Sr. Cabrita que era para ser expropriado mas que talvez não o consigam. Sem estacionamento, nós na baixa só temos alguns estrangeiros que ficam aqui na zona nos hotéis e que descem a pé, as outras pessoas não se deslocam para lá, sem estacionamento. Continuamos sem uma alternativa viável, concreta, definida, com data, dos parques que, Sr. Presidente, proponho lá para baixo, para ajudar o comércio a safar-se dessa situação critica que é, o aparecimento das grandes superfícies, que contra isso não podemos fazer nada, mas a Câmara pode fazer algo sem ser dizer que já tem um projecto, que está no projecto determinados parques e todos nós saímos daqui e pela conversa no exterior, se nos reunir a todos, vai com certeza ver que ninguém sai daqui convencido que vai haver um parque de estacionamento para este

Verão futuro com dois, três mil lugares. É que não vamos ter nada disso! É só isso. -----
Presidente da Câmara - Eu, de olhos nos olhos e assumindo todas as responsabilidades, é preciso dizer duas coisas. Estes parques de estacionamento são investimentos complementares. Não há nenhuma empresa, até agora, que queira gastar um milhão e cem mil contos num parque, e outra que queira gastar seiscentos mil num outro. E porque a Câmara tem, eu acabei de dizer, este estacionamento que é ao pé a bomba da BP, tinha sido o projecto aprovado para a construção desse parque através de uma empresa, que depois desistiu da sua construção, eu consegui que a empresa cedesse o projecto à Câmara e nós, no Plano de Actividades para 2008, que foi aprovado em Dezembro, já lá temos essa rubrica aberta e a verba para podermos abrir o processo para este concurso. A verba só para construção, porque depois a exploração é outro processo. Sobre este processo da Inatel, acontece que há seis meses a esta parte foram contactadas sete empresas que funcionam no âmbito nacional em parques, para poderem ficar com a parte da sessão desta empresa que foi a única que concorreu e que não estava em condições de construir. Esta empresa conseguiu agora, através de muito esforço, uma declaração de duas empresas que estão disponíveis para fazer o parque. Até porque nós expropriamos aquele terreno ao Inatel e expropriamo-lo bem, quando a Câmara há quarenta anos deu aquele terreno ao Inatel. E se este processo não avançasse, a Câmara ia fazer com este processo o mesmo que avançou com o processo lá de baixo. É o que tenho aqui para vos dizer, eu não estou a dizer nada que não tenha aqui. De olhos nos olhos, o que vai na alma, não tenho outra coisa para vos dizer. Não tenho porquê? São processos complicados, estamos a falar de investimentos que não estavam definidos, eram apenas complementares, quer dizer que têm de ser os particulares a fazer e não se conseguiu. Como não consegue, a Câmara vai fazer. E se houver aqui algum grão de areia neste processo, a Câmara fará o mesmo do que fez com aquele lá de baixo. É isso que eu quero transmitir aqui. -----

Luís Alexandre - Sr. Presidente, vai-me permitir...-----

Presidente da Assembleia - O Senhor, desculpe, mas não pode falar mais. -----

Luís Alexandre - Nós saímos vazios, conforme entramos. -----

Presidente da Assembleia - Mais alguém do público quer intervir? -----

Alexandre Freitas - Eu tomei atenção às palavras do Sr. Presidente da Câmara e, para quem está na política foi um excelente discurso político, uma excelente posição política. Eu relembro ao Sr. Presidente que foi eleito em 2005, como anteriormente tinha sido eleito, para servir. Foi para isso que o Sr. Presidente foi eleito, foi para servir. Ainda estou à espera para 2009 aquilo que depois vai ter que ser inaugurado. A única coisa que eu quero que o Senhor responda hoje, aqui, perante estas pessoas todas,... -----

Presidente da Assembleia - Não vai responder mais nada, porque não lhe concedo mais a palavra. -----

Alexandre Freitas - ... como é que tranquiliza a população relativamente ao novo espaço comercial. Isso é que eu gostava que o Senhor respondesse. Como é que tranquiliza os comerciantes da baixa. Ou quer que a baixa seja transformada numa "China Town" como o Senhor sabe, e sabe tão bem quanto eu, que existem comerciantes chineses a

quererem comprar as nossas lojas. Eles não procuram quem está bem, procuram quem está aflito. Gostava que o Sr. tranquilizasse a população e os nossos comerciantes. ----

Célia - Ainda em relação aos espaços, não basta a construção, há depois a questão da exploração. Há lá em baixo o P5, que está vazio todos os dias. -----

Presidente da Câmara - Já dei essa resposta há pouco. Disse que íamos propor a redução das taxas em relação ao P5. -----

Célia - Houve um senhor que propôs a redução de duas horas. Seria uma ótima solução, já que duas horas permitem que uma pessoa vá fazer alguma coisa. -----

Luísa Veiga - se há dificuldades na construção dos parques, já que até aqui não foram construídos os que foram prometidos, porque é que retiraram as hipóteses das pessoas estacionarem. Há dificuldades em estacionar, porque nos retiraram os que tínhamos. Têm cortado sistematicamente essas hipóteses. Até haver uma situação definida e haver parques suficientes para as pessoas, uma vez que está difícil, porque é que nos estão a retirar essas hipóteses. Se me pudesse esclarecer. -----

Eguinaldo Tavares - Eu sou proprietário de um restaurante na baixa de Albufeira e venho perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, para quando o termino daquela obra que está em frente ao meu restaurante. O Sr. Presidente é conhecedor do assunto, a obra está parada desde Junho, não há meio de recomeçar, não tem iluminação à noite. Queria que o Sr. Presidente me dissesse para quando o termino da obra ou para quando o recomeço. -----

Presidente da Câmara - É uma obra particular, eu não tenho informação, só contactando o proprietário. A obra foi embargada quando o senhor me falou. Ela ficou parada durante um período, agora não sei, é uma questão que amanhã posso tentar saber. Tenho o seu contacto. Luísa, o Plano Estratégico de Albufeira definiu para a cidade ruas de intervenção no âmbito do Polis. Definiu ruas de circulação de peões. Mal ou bem, definiu. E o Eixo da Avenida da Liberdade, o Largo Eng. Duarte Pacheco, a Avenida 25 de Abril e a Praça dos Pescadores, foi o eixo que ficou definido em termos de circulação de peões. Aliás, a própria ACOSAL diz que, a Avenida da Liberdade é "fixe". Eu imagino, se cada um quisesse levar o carro para a Av. da Liberdade e comesse a coloca-lo aqui e ali, onde houvesse lugar. No Rossio conseguiu-se um cartão para lá irem. No centro antigo, tem de haver alguma ponderação em relação a essas questões. -----

Dados os últimos esclarecimentos ao público, por parte do Presidente da Câmara, o Presidente da Assembleia passa a palavra ao Primeiro Secretário, para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. -----

De seguida o Presidente da Assembleia, dá início ao Período da Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA

PONTO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da Concessão de um sistema de Transportes públicos de interesse turístico em comboio rodoviário articulado (zona nascente da cidade) - concurso público, nos termos da alínea i) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro na redacção conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o primeiro ponto. Eu após conversa que tive aqui hoje com o Sr. Presidente, com umas questões que foram aqui levantadas, tem a ver com os percursos das paragens e os horários. Eu iria propor aos membros da Assembleia Municipal que o ponto hoje fosse retirado da Ordem de Trabalhos e se criasse uma comissão com um membro de cada Partido e que essa Comissão começasse a reunir rapidamente, para este ponto voltar à Assembleia já devidamente estudado e proposto. Eu apresento esta proposta, está à discussão, têm a palavra os Senhores membros da Assembleia. -----

Ricardo Silva - Parece bem a criação da comissão, apesar do Sr. Presidente ser contra á criação de comissões de trabalho, mas julgo ser de facto uma boa oportunidade para se fazer o melhor para Albufeira. Eu, pessoalmente, tenho as mesmas dúvidas levantadas pelos taxistas, eu acho que há aqui umas situações que deveriam ser colocadas de uma forma a se poder encontrar a melhor solução, porque o comboio faz de transporte urbano, tem várias paragens. Ninguém está contra o comboio, isso é outra questão que estamos totalmente de acordo. É um comboio de circuito urbano, onde não existe, digamos, a discussão sobre os aspectos turísticos através de um guia e a apresentação através de informações turísticas para os seus utilizadores. Por essa via, julgo que a criação de uma comissão para analisar essa situação teria bastante interesse e seria a melhor solução, até se calhar, uma comissão que trabalhasse junto das forças vivas com interesse. Faço uma adenda à sua proposta, se possível, com a participação com outros intervenientes para que possa sair daí a melhor solução. Há pouco o Sr. Presidente frisou que, iria ser aberto concurso para mais vinte táxis, ou seja é contraditório o modelo que é utilizado por esse comboio turístico, vê-se que os taxistas têm um problema na receita pelo facto de existir o comboio turístico, logo mais táxis cria mais problemas. Ou seja, a questão deverá ser colocada toda ela num todo. Há aqui uma situação a ter em conta que é, o facto de existir um transporte urbano, que é o Giro, que tem um custo para todos nós, e quanto menor for a utilização, quanto menor a utilização pelos utentes, maior é o custo. Ou seja, quanto mais pessoas utilizarem o comboio turístico para percurso urbano, mais nos sai do bolso. Todas estas questões são todas pertinentes e deverão ser discutidas, sim, em concertação, no sentido de se alcançar uma boa solução. -----

Francisco Calhau - Aceitamos a proposta da criação de uma comissão e o mais breve possível indicaremos um elemento. -----

Francisco Oliveira - Não sei se será oportuno, mas uma vez que não nos foi possível fazer qualquer intervenção no público, não vou fazer nenhuma intervenção, vou só fazer uma proposta que entendo ser necessário e conveniente, a discussão das questões colocadas anteriormente que eventualmente a Assembleia Municipal pudesse convocar uma Assembleia extraordinária, onde os membros da própria Assembleia pudesse intervir e pudessem dar também a sua opinião a cerca de toda esta questão. --

Presidente da Assembleia - Sr. Francisco, eu agradeço que se restrinja ao ponto que está a ser tratado. Mas já que está a colocar essa questão, o Senhor tem toda a liberdade de propor por escrito à Assembleia, sempre que o queira. Tem todo o direito de intervir, nas questões relevantes do município, quando o quiser, nas Assembleias

ordinárias; nas extraordinárias, estamos limitados à ordem de trabalhos. Não fui eu que inventei isto. -----

Francisco Oliveira - Não se coloca aqui essa questão. A questão é que eu acho pertinente e é pertinente para todos nós. -----

Presidente da Assembleia - Volto a repetir. Restrinja-se à ordem de trabalhos. -----

Francisco Oliveira - Relativamente a esta questão que foi levantada, que não foi só este executivo mas outros executivos, portanto seria do interesse da Câmara Municipal e de todos os cidadãos de Albufeira, discutirem a questão. Quanto à questão relativa aos transportes e ao comboio, nós já o referimos, e referimos que não estamos contra o comboio, mas referimos aquando desta situação ter sido discutida, seria de todo conveniente uma reorganização do que são os transportes de Albufeira. Também não estamos contra o Giro, nem de toda uma série de situações que foram aqui referidas, mas realmente a intenção era perceber, exactamente, o que é que cada um faz, o que é que os taxistas efectivamente fazem, e quais são as áreas de intervenção destes transportes e por isso mesmo, se calhar, a criação da comissão poderá ajudar. Nesse sentido estamos de acordo. -----

José Pimenta - A CDU está de acordo com a comissão. O comboio entrou em colisão com o Giro e com os taxistas e comungamos das preocupações dos taxistas. -----

Presidente da Assembleia - Vou colocar à votação a proposta da retirada do ponto da ordem de trabalhos e da criação de uma comissão com um elemento de cada força política. Em relação aquilo que o Ricardo propôs, a comissão é livre de convidar outros elementos da sociedade para participar. Acho que sim. No espaço de quarenta e oito horas, têm de indicar qual o membro que vai integrar essa comissão. -----

VOTAÇÃO: RETIRADA DO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS E CRIAÇÃO DE COMISSÃO DE ANÁLISE -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, José Pimenta, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Maria Eugénia Baptista, Ana Pifaro, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, José Gonçalves e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: uma (01) Paulo Freitas -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes -----

PONTO SEGUNDO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da inscrição do Município de Albufeira como sócio da Associação Internacional das Cidades Educadoras, nos termos da alínea m) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavras aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, José Pimenta, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Maria Eugénia Baptista, Ana Pifaro, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, José Gonçalves e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Acordo de Geminação entre o Município de Albufeira e o Município de Linz, nos termos da alínea d) do n.º4 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavras aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, José Pimenta, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Maria Eugénia Baptista, Ana Pifaro, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, José Gonçalves e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: uma (01) Ricardo Silva -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade dos presentes, a minuta das deliberações tomadas na Assembleia. Não estava presente na sala o Membro Ricardo Silva. -----

Esgotada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:30 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 25 de Janeiro de 2008 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____